

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 10

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Voto - APOSENTADOS3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula diz que isenção do IR deve injetar R\$ 28 bi em 20265

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BC endurece regras, mas 'conta-laranja' ainda é desafio6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Alcolumbre defende prazo acelerado8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Alterações no salário mínimo10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas de capital aberto respondem por R\$ 4,1 tri, diz estudo11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Não tão rápido quanto o BC gostaria14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fronteira amazônica favorece o tráfico16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL do devedor contumaz merece tramitação celebre (Editorial)18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF demonstra bom senso ao enterrar tese da "revisão da vida toda (Editorial)19

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

'Vivo de empréstimos': aposentados criticam fim da 'revisão da vida toda'20

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo subiu 7,5% em 2025; saiba o valor atual do piso nacional22

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A lei definitiva, até mudar - CARLOS ALBERTO SARDENBERG23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso rejeita vetos e aprova retrocessos ambiental e fiscal (Editorial)25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como proteger ativos na sucessão? (Artigo)27

Voto - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Ao que parece, os deputados federais não reconhecem o voto do eleitor aposentado e pensionista e que este voto pode decidir uma eleição. Demonstram essa particularidade pela injustificada demora na apreciação, votação e aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, defasados há 34 (trinta e quatro) anos, penalizando milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros, esquecidos pelo que fizeram e fazem, ainda hoje, pelo desenvolvimento do Brasil. É desolador saber que há 17 (dezessete) anos o PL está na Câmara Federal aguardando uma decisão favorável dos seus representantes.

DESVINCULAÇÃO

A desvinculação do reajuste anual dos benefícios previdenciários do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, ocorrida em setembro de 1991, promoveu esse prejuízo incalculável aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), influenciando negativamente na qualidade de vida dos segurados que contribuíram financeiramente para quando saíssem do mercado de trabalho fossem contemplados com proventos dignos de aposentadoria. A correção desse malfeito é imperativa. Os nossos representantes na Câmara Federal, deputados federais, entendem aposentados e pensionistas, não podem mais postergar suas decisões.

RECURSOS

Podemos afirmar, com segurança absoluta, que recursos financeiros existem e estão contabilizados na conta **Seguridade Social**, basta recorrer às análises anuais emitidas e divulgadas amplamente pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**ANFIP**) e Fundação **ANFIP** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social**. Além desses registros, pode-se conhecer o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CIPREV), composta de senadores que detalhadamente indicou os problemas de gestão a serem corrigidos, inclusive, mencionando com clareza a aplicações dos recursos financeiros em outros programas de governo não identificados como **Seguridade Social** em prejuízo às áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, que deixam de cumprir suas atribuições

regulamentares.

DESTAQUE

Julgamos oportuno destacar um tópico curioso no relatório da CIPREV, publicado em 13 de julho de 2017: "Há estudos comprovando que os recursos da Previdência foram usados em grandes obras, como a construção de Brasília (US\$52,5 bilhões), a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e as usinas de Itaipu e Volta Redonda. Estudo do BNDES de 1999 teria concluído que entre 1966 e 1969, o governo havia se apropriado de R\$400 bilhões dos saldos positivos da Previdência, valores que atualizados alcançariam R\$1,5 trilhão". Conforme se observa, os recursos financeiros da **Previdência Social** têm servido de suporte para cobrir outros programas governamentais, prejudicando a eficiência dos serviços previdenciários.

FUNDOS

A **Previdência Complementar** (Fundo de Pensão) está sendo penalizada injustificadamente com retirada de recursos financeiros para suprir outras despesas que não estão afetas às suas atribuições, causando abalo financeiro no seu patrimônio e também aos seus mantenedores- beneficiários chamados a contribuir em Programas de Equacionamento de Déficit's (PED's), cujo valor descontado no contracheque tem impedido ao beneficiário manter uma qualidade de vida não condizente a que possuía antes desse inconveniente procedimento. Aposentados e pensionistas concluem que a causa principal desse fato é a desvinculação do reajuste anual que era atrelado ao índice percentual aplicado ao salário mínimo. A solução desse inconveniente prejuízo resolve-se com a aprovação do PL-4434/2008.

PREÂMBULO

Para sempre ser lembrado e cumprido: "Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL".

CURA

"Ninguém cura a si próprio ferindo outro" (Santo Ambrósio)

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Lula diz que isenção do IR deve injetar R\$ 28 bi em 2026

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exaltou, em pronunciamento veiculado em cadeia nacional de rádio e televisão nesse domingo (30), a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil. Segundo o presidente, a medida deve injetar R\$ 28 bilhões na economia em 2026.

Lula sancionou na quarta-feira (26) o projeto que amplia a isenção do IR. A proposta é uma das principais apostas de sua gestão para aumentar a popularidade em 2026, ano eleitoral no qual Lula buscará a reeleição.

"Esse alívio no imposto de renda significa mais dinheiro no bolso, que significa maior poder de compra, que significa aumento no consumo, que faz a roda da economia girar. A **Receita Federal** fez os cálculos. Em 2026, esse dinheiro extra nas mãos do povo brasileiro deve injetar R\$ 28 bilhões de reais na economia", disse no pronunciamento.

De acordo com o presidente, o dinheiro extra é "um estímulo extraordinário" para o comércio, a indústria, o setor de serviços e o empreendedorismo e irá "gerar mais empregos, mais oportunidade e mais renda".

Com a Selic em 15% ao ano, o Banco Central busca desacelerar a atividade econômica para combater a **inflação**. A injeção de recursos na economia ao longo de 2026 pode ampliar o desafio da autoridade monetária e impactar no ritmo de queda dos juros.

A isenção, afirmou Lula, levará uma pessoa com salário de R\$4,8 mil a uma economia de R\$ 4 mil em um ano, o que "é quase um décimo-quarto salário". A partir de janeiro do ano que vem, disse o presidente, "o que hoje é desconto no contracheque" vai virar "dinheiro extra no bolso".

"Pela primeira vez, mais de cem anos após o início do Imposto de Renda, privilégios de uma pequena elite financeira deram lugar a conquistas para a maioria do povo brasileiro (...) E o mais importante: a compensação não virá de cortes na saúde ou na educação, mas na taxação dos super-ricos, que ganham mais de R\$ 1 milhão por ano e hoje não pagam nada ou quase nada de imposto", afirmou.

Por fim, disse que a nova lei ataca a principal causa de desigualdade no Brasil: a chamada "injustiça

tributária".

Lula aproveitou o pronunciamento para destacar outros programas. O presidente disse que tirou o país do Mapa da Fome, reduziu o desemprego e criou o Pé-de-Meia.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188428?page=1§ion=1>

BC endurece regras, mas 'conta-laranja' ainda é desafio

Álvaro Campos e Lais Godinho

Após uma série de incidentes no sistema financeiro, o Banco Central (BC) adotou nos últimos meses um conjunto de medidas para reforçar a segurança e aprimorar a governança das instituições. Embora as ações fortaleçam os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), participantes do mercado ouvidos pelo Valor afirmam que o país já seguia as melhores práticas internacionais - ainda que observem brechas importantes no combate às chamadas "contas-laranja".

Entre julho e outubro, o sistema financeiro enfrentou uma sequência de ataques hackers. O primeiro e maior deles atingiu a C M, provedora de serviços de tecnologia da informação (PSTI) responsável por conectar instituições financeiras ao Pix. Em agosto, o setor também foi impactado por uma megaoperação do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e da **Receita Federal**, que revelou o uso de fundos de investimento e de instituições financeiras pelo crime organizado para lavar dinheiro.

Em resposta, o BC promoveu uma série de ajustes regulatórios: limitou a R\$ 15 mil as transações via Pix para instituições conectadas por meio de PSTIs; antecipou de 2029 para maio de 2026 o prazo para que todas as instituições de pagamento (IPs) obtenham licença; elevou os requerimentos de gestão de riscos e o capital mínimo das PSTIs; publicou a regulação de ativos virtuais; aumentou o capital mínimo das IPs conforme sua atividade; endureceu as regras contra o uso irregular de "contas-bolsão" - contas em nome da instituição financeira que concentram os recursos de vários clientes.

Mais recentemente, na última sexta-feira, o BC publicou a regulamentação da prestação de serviços de Banking as a Service (BaaS) - modelo em que empresas oferecem serviços bancários e de pagamentos por meio de uma instituição autorizada. A norma busca aumentar a segurança do sistema financeiro e reduzir a insegurança jurídica ao definir responsabilidades, estabelecer regras de governança, gestão de riscos e controles internos, além de requisitos de segurança, conduta, contratação e responsabilização. O texto também proíbe que prestadores de BaaS utilizem contas-bolsão.

No combate às contas-laranja, o BC aprovou uma norma que obriga instituições financeiras e de pagamento a rejeitar transações destinadas a contas com "fundada suspeita de envolvimento com fraude". Embora bem recebida pelo mercado, a medida é vista apenas como um primeiro passo.

Parte do mercado defende avançar rumo ao banimento, do sistema financeiro, de CPFs e CNPJs comprovadamente usados para movimentar recursos ilícitos. Mas não há consenso dentro do BC. Enquanto uma ala considera necessário atacar o problema de forma mais dura, outra teme que a medida prejudique a inclusão financeira, já que muitos dos que "alugam" suas contas são pessoas de baixa renda.

As contas-laranja já operam como um mercado organizado, afirma Leandro Vilain, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). Segundo ele, há pessoas que recebem entre R\$ 200 e R\$ 250 por semana a cada conta alugada. "A gente precisa ter alguma segurança para poder encerrar essas contas", diz. "É muito importante que o consumidor saiba que a conta é pessoal e intransferível e ele está sujeito a uma investigação criminal [se alugar]."

A vice-presidente da Zetta, Fernanda Laranja, ressalta que também é necessária atenção às contas de pessoas jurídicas, já que, diferentemente do CPF - único por pessoa -, é possível criar vários CNPJs para abrir múltiplas contas bancárias. "A gente vê muito que a questão da pessoa jurídica é um desafio."

Na avaliação do diretor-executivo de inovação, produtos e serviços bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Ivo Mósca, avanços como a biometria facial praticamente eliminaram as contas "frias" - contas abertas com documentos falsos -, mas deram lugar a uma nova onda de contas-laranja. Sobre a proposta de suspender do sistema os CPFs usados nessas contas, ele observa que há dúvidas sobre a competência legal do BC para adotar essa medida, e lembra que tramitam no Congresso projetos de lei com esse objetivo. Enquanto isso, a Febraban criou sua autorregulação na mesma linha. "Outras associações mostraram interesse em aderir", afirma.

Para Daniel Alvarenga, do Franco Advogados, as medidas do BC avançam na direção correta, mas precisam ser acompanhadas de investimentos em

educação financeira. "Muitas pessoas mais humildes não entendem que emprestar o nome para alguém abrir uma conta pode se configurar como favorecimento ao crime organizado."

Segundo Mósca, outras medidas também estão em estudo, como a criação de um bloqueio temporário para transações de Pix de alto valor. "Ainda estamos discutindo qual seria essa volumetria, mas seria algo entre R\$ 15 mil e R\$ 50 mil. Acima disso, a transferência é feita, mas o recurso fica retido na conta do destinatário por uma ou duas horas", explica. "Isso teria um altíssimo impacto para combater a disseminação dos recursos oriundos de fraudes". Limites menores de Pix durante o período noturno também ajudariam nesse combate.

A Febraban avalia que medidas voltadas a estimular a competição e a inovação tiveram um impacto significativo na inclusão financeira, mas também abriram espaço para a infiltração do crime organizado no sistema. "Agora temos um freio de arrumação, em que o BC passou a ajustar esse binômio inovação e segurança."

O presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Diego Perez, afirma que o crime organizado é amplo e bastante disseminado, e que o setor financeiro precisa se unir contra esse inimigo comum - e não buscar culpados. "As fintechs não deram causa a nada, elas também são vítimas."

Ele observa que algumas medidas adotadas pelo BC foram duras e que seus impactos sobre a competição só serão percebidos no longo prazo, mas considera que, ainda assim, eram necessárias. Medidas como a elevação do capital mínimo de IPs, pondera Perez, podem não ser suficientes se adotadas de maneira isolada. "O crime organizado tem muito dinheiro para elevar o capital das fintechs. É preciso fiscalização, investimentos e análise de dados para reduzir os riscos sem levar para vala os inocentes."

Representantes do BC têm afirmado em eventos públicos que a autoridade não estava "atrás da curva" e que os riscos estavam mapeados quando se decidiu incentivar a abertura do sistema financeiro. Ainda assim, reconhecem que os ataques hackers, por exemplo, foram uma "avalanche". "É um risco que tira meu sono como diretor de fiscalização, e agora acho que tira o sono de todos os membros da diretoria colegiada", comentou recentemente o diretor Ailton de Aquino.

Eloise Faria, gerente de compliance contra crimes financeiros para a América Latina na LexisNexis Risk Solutions, lembra que o processo de lavagem de dinheiro ocorre em três fases. A primeira é a de

colocação, quando ativos ilícitos entram no sistema financeiro; a segunda é a de ocultação, etapa em que se busca esconder os recursos, sua origem e seu destino; e a terceira é a de integração, em que o dinheiro é retirado do sistema e utilizado para adquirir imóveis ou outros bens reais. "Sempre vai haver questões regulatórias que precisam ser melhoradas e ampliadas, os criminosos estão sempre trabalhando na outra ponta, criando mecanismos novos. Isso não é exclusividade do Brasil", disse. "O Brasil atua muito em linha com as melhores práticas internacionais, mas sempre existem pontos a serem melhorados."

Uma fonte da indústria vai na mesma linha. "O Brasil não é o paraíso dos golpistas, esse é um problema mundial. Acontece que temos um sistema digitalizado e moderno, com transações instantâneas, e isso acaba favorecendo algumas práticas criminosas. Então, é um pouco o preço da inovação", diz. "A questão agora é conter esses riscos e combater o crime organizado. É sempre uma agenda evolutiva."

A mesma fonte lembra que o BC não tem como missão combater o crime, mas atua em parceria com órgãos como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), PF, MPF e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Como é impossível para o regulador acompanhar de forma contínua todas as instituições autorizadas, aplica o modelo de supervisão baseada em risco. "Onde existe mais risco, as autoridades olham de forma mais contínua e intrusiva. Existe um mapeamento, uma matriz de risco, e um nível de risco que é tolerável. Para instituições menores, existem outros instrumentos. Mas é claro que, se o BC tivesse mais recursos, de orçamento e humanos, poderia aprimorar a fiscalização."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alcolumbre defende prazo acelerado

» IAGO MAC CORD » ALICIA BERNARDES » DANANDRA ROCHA

A crise política em torno da indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para a vaga de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal escalou ainda mais. Ontem, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), que defendia o nome de Rodrigo Pacheco para o cargo, criticou duramente a demora do Planalto em enviar a mensagem escrita oficializando a indicação, que, segundo ele, "parece buscar intervir indevidamente no cronograma estabelecido pela Casa", o qual é uma "prerrogativa exclusiva do Senado".

Em nota, o Senado reafirmou que o cronograma de sabatina guarda coerência com a "quase totalidade das indicações anteriores" e permite que a definição sobre o nome ocorra "ainda em 2025, evitando a protelação que, em outros momentos, foi tão criticada". A sabatina está marcada para 10 de dezembro.

Como apurado pelo Blog da Denise na sexta-feira, a estratégia de segurar o envio dos documentos de Messias ao Senado a fim de adiar a sabatina caiu por terra. Alcolumbre se baseou na publicação da indicação no Diário Oficial da União (DOU) para fixar a data que os senadores ouvirão Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, apesar de não haver nenhum empecilho regimental para que isso ocorra, será a primeira vez que um presidente do Congresso marca uma sessão desse tipo sem ter recebido um ofício do Planalto com a indicação e toda a documentação do escolhido.

"Portanto, o que se espera é que o jogo democrático seja conduzido com lisura. Da parte desta Presidência, absolutamente nada alheio ao processo será capaz de interferir na decisão livre, soberana e consciente do Senado sobre os caminhos a serem percorridos", declarou Alcolumbre.

O documento contém uma crítica direta a "setores do Executivo" e a táticas que visam desqualificar o Legislativo.

Para o presidente do Senado, há uma "nítida tentativa de setores do Executivo de criar a falsa impressão" perante a sociedade de que divergências entre os Poderes são resolvidas por "ajustes de interesse fisiológicos, com cargos e emendas".

O senador disse considerar essa tática ofensiva não

apenas ao presidente do Congresso, mas "a todo o Poder Legislativo". Para ele, se trata de uma maneira de "desqualificar quem diverge de uma ideia ou de um interesse de ocasião". "Nenhum Poder deve se julgar acima do outro, e ninguém detém o monopólio da razão. Tampouco se pode permitir a tentativa de desmoralizar o outro para fins de autopromoção, sobretudo com fundamentos que não correspondem à realidade", ressaltou.

Alcolumbre defendeu, ainda, a importância do respeito mútuo entre os Poderes e a independência de cada um em seu papel constitucional.

Em nome do Senado, disse reconhecer a prerrogativa do presidente da República de indicar ministros ao STF, mas salienta a prerrogativa do Parlamento de escolher, "aprovando ou rejeitando o nome".

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou, ontem, que o governo tem "o mais alto respeito" por Alcolumbre.

"Jamais consideraríamos rebaixar a relação institucional com o presidente do Senado a qualquer espécie de fisiologismo ou negociações » IAGO MAC CORD » ALICIA BERNARDES » DANANDRA ROCHA Alcolumbre defende que cronograma de sabatina guarda coerência com a "quase totalidade das indicações anteriores" e permite que a definição sobre o nome ocorra em 2025 Jonas Pereira/Agência Senado de cargos e emendas", disse, em postagem nas redes sociais.

Congresso Desde o anúncio da indicação de Messias ao Supremo, no entanto, líderes e integrantes das principais bancadas passaram a adotar um silêncio público que não se traduz em neutralidade, na tentativa de não se indispor com o presidente do Congresso.

Mesmo sem admitir oficialmente, Alcolumbre preferia ver o senador Rodrigo Pacheco como indicado ao Supremo. A recusa em receber Messias nas últimas semanas virou símbolo dessa crise.

O AGU, por sua vez, tenta encurtar distâncias: na sexta-feira, pediu novamente uma reunião com Alcolumbre, que deve ocorrer somente na próxima semana. "Em algum momento, ele vai me atender. Estou trabalhando (para isso)", resumiu Messias a jornalistas.

Apesar do ambiente hostil, o processo avança. O relatório do senador Weverton Rocha (PDT-MA) sobre a indicação será apresentado hoje. O parecer deve ser divulgado oficialmente no dia 3, conforme calendário da Casa. A sabatina da CCJ está marcada para 10 de dezembro.

Na quinta-feira, Messias e Rocha estiveram reunidos por duas horas. Conversaram sobre resistências políticas e sobre o trâmite interno da indicação. O relator disse ter consultado técnicos do Senado e explicou que a publicação da mensagem presidencial no DOU consolidou o processo. Messias ficou de enviar os documentos que comprovam o cumprimento dos requisitos formais para ocupar a cadeira no Supremo.

Enquanto isso, o "beija-mão" promovido pelo advogado-geral da União continua. Nas últimas semanas, Messias passou por gabinetes e buscou conversar com senadores individualmente. Reuniu-se com Eliziane Gama (PSD-MA), Sérgio Petecão (PSD-AC) e Eduardo Braga (MDB-AM), mas não há clareza sobre quantos parlamentares realmente abriram as portas, e o silêncio virou o indicador mais preciso da temperatura política.

Entre os mais críticos está o líder da oposição no Congresso, Izalci Lucas (PL-DF). Ele afirma que Messias chega à sabatina "em condição frágil" e relembra o episódio em que Dilma Rousseff mencionou "Besias", numa suposta tentativa de interferência no Judiciário.

Izalci também critica a atuação da AGU em denúncias envolvendo o Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), dizendo que o órgão só tomou providências "após pressão da CPMI". Para ele, a indicação de um nome evangélico atende a "um cálculo eleitoral" do Planalto e arrisca que "não vejo possibilidade de ele se eleger".

O senador Omar Aziz (PSD-AM) adota, porém, um tom mais institucional.

Ele afirma que o Senado aguarda apenas a chegada formal da mensagem da Casa Civil para dar sequência ao processo. "É normal isso aí, não é o primeiro ministro que se faz a sabatina. (.) Cada senador é uma liderança e cada um quer ser ouvido e quer conversar com o indicado", afirmou. Aziz disse ter recebido uma ligação de Messias e que os dois devem conversar na próxima semana.

Questionado sobre o embate interno envolvendo Davi Alcolumbre, Aziz destaca que o presidente do Senado tem prerrogativas, mas também tem limites. "Ele até agora não fez nenhuma posição. (.) As prerrogativas

do presidente são de indicar, e a prerrogativa do Senado é analisar, aprovar ou não aprovar".

E reconhece que "é muito claro que ele tinha suas preferências. E é um direito de qualquer senador."

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/01/all.pdf>

Alterações no salário mínimo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva reduziu a previsão para o salário mínimo de 2026, de R\$ 1.631 para R\$ 1.627. A redução de R\$ 4 do piso salarial foi puxada pela expectativa de que a inflação deste ano seja menor do que projetada inicialmente.

Se confirmado, o novo valor estimado pelo governo representará um aumento de 7,18% em relação ao piso atual, que é R\$ 1.518. O cálculo segue a fórmula de correção da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da inflação.

O valor definitivo será conhecido no dia 10 de dezembro, com a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de novembro, que serve de base para a correção do piso salarial.

A revisão dos parâmetros que subsidiam o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 foi informada pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) ao presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB).

Nas projeções atualizadas para os anos seguintes, o governo prevê um salário mínimo de R\$ 1.721 em 2027 (ante R\$ 1.725), R\$ 1.819 em 2028 (contra R\$ 1.823) e R\$ 1.903 em 2029 (abaixo dos R\$ 1.908 previstos inicialmente no PLOA).

Cálculo

O salário mínimo é baliza para uma série de despesas obrigatórias do Poder Executivo, como aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Sua correção interfere diretamente em algumas despesas mais relevantes do Orçamento.

A política de valorização do salário mínimo leva em conta reajuste pela inflação do INPC de 12 meses até novembro do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes (2024, neste caso).

No ano passado, a economia cresceu 3,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas o ganho real a ser incorporado será de até 2,5%. Isso porque, pelas regras atuais, ele está limitado ao mesmo ritmo de expansão do arcabouço fiscal, que fica entre 0,6% e 2,5% acima da inflação ao ano.

A limitação do ganho real foi adotada para tentar evitar

que o crescimento acelerado de gastos como aposentadorias e pensões do INSS, por exemplo, pudesse gerar pressão sobre ações discricionárias (como custeio e investimentos), colocando em risco a sustentabilidade da regra fiscal do país (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Empresas de capital aberto respondem por R\$ 4,1 tri, diz estudo

As empresas de capital aberto contribuíram com KS4.1 trilhões em geração de riqueza para a sociedade na forma de **impostos** pagos ao setor público, salários e benefícios a trabalhadores e pagamentos a fornecedores de menor porte em 2024. É o que mostra estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas para a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), obtido pelo Valor. Apesar da importância, a quantidade de empresas com esse perfil está em queda no país, por causa do cenário econômico. É uma tendência que vai na contramão do que seria necessário para atingir o crescimento econômico sustentado.

Na visão de especialistas, as companhias abertas são fundamentais para o ambiente regulatório brasileiro. Mas para atrair mais investimentos e novas empresas listadas, ressaltam que é necessário um ambiente macroeconômico equilibrado, regras estáveis e instituições fortes, ao citarem, por exemplo, deficiências financeiras da Comissão de Valores Mobiliários(CVM).

"Nessa correria em que estamos, de preocupações com a questão fiscal e de como resolver problemas de curto prazo, discutimos pouco o papel do mercado de capitais - portanto, das empresas listadas em bolsa - e do crédito de longo prazo, que estão associados ao crescimento sustentado", disse o professor Márcio Holland, da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), coordenador do estudo. "Não ter um ambiente institucional e um ambiente de negócios para o desenvolvimento das grandes empresas listadas em bolsa é uma tragédia do Brasil."

O estudo mostra que um grupo de 270 empresas listadas em bolsa pagaram, no ano passado, RS 440 bilhões em **tributos**. Em salários e encargos, foram RS 475 bilhões. E, em pagamento a fornecedores, RS 3 trilhões. Os valores, somados, chegam a RS 4,1 trilhões.

Esse cálculo não considera os efeitos indiretos, que são aqueles gerados na cadeia de produção associada a elas. Porém, o estudo aponta que os **tributos** pagos pelos demais integrantes das cadeias somam RS 660 bilhões. Já os salários e encargos entregues a pessoas que trabalham para os fornecedores das grandes empresas representam

mais RS 1,740 trilhão.

Os salários pagos pelas companhias de capital aberto são, em média, de RS 10250,00. Já a média nacional, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego citados no estudo, é de RS 3.700,00.

O estudo partiu de uma base de 372 empresas listadas em bolsa no ano passado. Desse grupo, excluiu holdings, pequenas e médias empresas, empresas que não apresentaram demonstrativo de valor agregado ou movimento operacional, de forma que a amostra final ficou em 270. Atualmente, o país possui 21,6 milhões de empresas no total.

O valor adicionado pelas 270 empresas, que reflete a diferença entre as receitas totais e o custo dos insumos adquiridos de terceiros, chegou a RS 2,1 trilhões, ante um Produto Interno Bruto (**PIB**) de RS 11,7 trilhões. Ou seja, elas responderam por 17,9% da riqueza medida no país, conforme o estudo.

"Essas empresas são a coluna vertebral da economia nacional e o pulmão fiscal e produtivo do país, por isso fortalecer o mercado de capitais é fortalecer o Brasil", comentou Pablo Cesário, pre-sidente-executivo da Abrasca. "É preciso estruturar essas cadeias para que elas sejam competitivas aqui e também no exterior."

As companhias de capital aberto "trazem recursos para todo o ecossistema financeiro, investem na economia, promovem inovações, geram emprego qualificado e difundem as melhores práticas de governança e de responsabilidade", descreve o estudo. Além disso, são as principais financiadoras do Estado brasileiro.

Mas, enquanto em economias mais dinâmicas o número de empresas de capital aberto está em alta, aqui no Brasil há encolhimento. Em 1990, eram 579. Em outubro passado, eram 358. Para

"Fortalecer o mercado de capitais é fortalecer o Brasil" Pablo Cesário

comparar: a China tem 11 mil empresas de capital aberto e os Estados Unidos, 4 mil, afirma o estudo, citando dados do Banco Mundial.

"O Brasil está na contramão do que seria altamente

recomendável", afirma Holland. Entre as causas, ele aponta a instabilidade macroeconômica, que se reflete em volatilidade cambial, e juros "persistentemente altos" desde os anos 1990.

Há uma piora do clima no atual governo, avalia. "Mundo afora, o ambiente de negócios e o tratamento tributário são mais estáveis", diz. "O governo está tentando aumentar a carga tributária para fechar o rombo fiscal, quando sabemos muito bem que o problema está no lado das despesas."

Holland aponta também para a tributação dos dividendos que está na nova lei do Imposto de Renda. "Está mudando a regra do jogo", afirmou. "O Brasil escolheu tributar a empresa, e não tributar a distribuição de dividendos, para não bitributar a atividade econômica." É o tipo de medida que dificulta a atração de investimentos, acrescenta.

A **reforma tributária** pode favorecer investimentos pela simplificação do sistema e o "belo" trabalho feito pelo ex-secretário da **Reforma Tributária** Bernard Appy e equipe, diz. A **taxação de dividendos** aponta para a direção oposta, avalia.

Além disso, existe o risco de haver aumento da carga tributária sobre o consumo ao final do período de transição, em 2033, apesar das cautelas adotadas pelo governo e pelo Congresso, diz Holland. O motivo seria a ausência de reformas pelo lado das despesas, o que demandará mais receitas. A instabilidade política que pode ocorrer até lá. "A regra do jogo desta **reforma tributária** pode se alterar ano após ano até 2033", afirma.

"Quando iniciei minha carreira, grandes empresas no Brasil eram do governo: Vale, Banco do Brasil", comenta o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega (1987-1990), sócio da Tendências Consultoria. Mas, nas últimas três décadas, o Brasil ganhou empresas de classe mundial, completa. "Temos gigantes no setor privado, algumas delas multinacionais."

Para operar, essas empresas precisam de ambiente estável, diz. No caso do Brasil, o ex-ministro da Fazenda vê instabilidade à frente, por causa da situação das contas públicas.

De acordo com o estudo, a Petrobras lidera de forma "absoluta" o ranking das que mais pagam **impostos** no país (RS 190 bilhões). Aparece ainda como a segunda que mais paga salários e encargos a seus funcionários (RS 44,6 bilhões) e a segunda que mais compra insumos de fornecedores (RS 284,3 bilhões).

AJBS. por sua vez, é líder entre as que mais

distribuem riqueza na forma de contratos com fornecedores (RS 327 bilhões) e também a que mais paga salários e encargos (RS 53,4 bilhões).

"Os resultados do estudo reforçam o papel essencial da JBS como motor de desenvolvimento nas comunidades em que opera", diz em nota o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni. "Como líder global de alimentos, temos uma cadeia de valor ampla, que conecta a produção rural a milhões de consumidores no Brasil e no exterior."

O ex-presidente da CVM Marcelo Trindade, advogado e professor da Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), pondera que a relevância econômica das companhias abertas para o país e a poupança dos brasileiros "infelizmente tem contrastado com as crescentes dificuldades da CVM".

"As companhias e os investidores arcam com a taxa de fiscalização, que arrecada substancialmente mais do que é repassado à CVM, que sofre com a falta de pessoal e com prolongados hiatos sem composição completa do colegiado. Sem que essa situação se regularize, a atração de novas companhias será sempre dificultada", diz. O órgão regulador do mercado de capitais tem duas vagas abertas, incluindo a presidência. O Ministério da Fazenda aguarda o diálogo entre o Palácio do Planalto e o Senado para sugerir nomes técnicos, ao querer evitar que a autarquia seja comandada por interesses políticos.

Também em nota, a Petrobras destacou que "é a maior contribuinte do país, sendo responsável por aproximadamente 7% da arrecadação total brasileira".

A empresa informa ainda que realiza anualmente pesquisas de mercado em relação aos salários pagos a seus empregados, e os resultados demonstram que "são competitivos em relação às melhores práticas do mercado de óleo e gás."

A cadeia de fornecimento, por sua vez, "é caracterizada por elevada exigência técnica, com forte presença de serviços intensivos em capital e, em alguns segmentos, mão de obra especializada". A empresa diz dispensar atenção para pequenos fornecedores e para a produção local.

O estudo será lançado em evento promovido pela Abrasca na próxima terça-feira (2). Autoridades do governo e lideranças empresariais estão convidadas, em Brasília. Parlamentares que, segundo a entidade, contribuíram para valorizar as grandes empresas serão homenageados.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188428?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188428?page=1§ion=1)**

Não tão rápido quanto o BC gostaria

O Banco Central está na reta final de sua jornada de comunicação para a reunião do

Comitê de Política Monetária (Cupom) deste mês de dezembro, por isso cada palavra dita por seus dirigentes tem peso especial.

Na semana passada, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse três vezes que está vendo progressos na luta do Copom contra a inflação, mas não na velocidade que o comitê gostaria.

Quase ninguém antecipa que o Banco Central vá cortar os juros em dezembro. Mas muitos esperam que o comitê desmonte a linguagem de juros altos por período bastante prolongado para, em fins de janeiro, começar a baixar a taxa Selic, hoje em elevados 15% ao ano.

Num evento do Itaú Asset, Galípolo comentou com o seu interlocutor, o ex-BC Bruno Serra, que hoje é responsável por gerir os fundos da família Janeiro, que um banqueiro central é elogiado quando faz discursos chatos e repetitivos.

O que ele disse e repetiu? Primeiro, que os dados "continuam demonstrando um processo de desaquecimento. desaceleração da economia, mas bastante lento e gradual". E, logo na frase seguinte, emendou que "gostaria que a convergência da inflação fosse mais rápida".

Mais adiante, foi direto: "Os dados novos continuam apontando nessa direção de que a política monetária, sim, está funcionando, mas funcionando de uma maneira bastante lenta, numa economia que vem apresentando uma resiliência para o nível de restrição que a gente colocou na política monetária".

Para quem não captou a mensagem, ele diz um pouco mais para frente, no mesmo evento, que "a coisa está andando na direção que nós gostaríamos, talvez não tão rápido quanto gostaríamos".

No mesmo dia, à noite, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, fez um discurso antecipado de despedida do cargo na Escola de Economia de São Paulo (EESP) da FGV, já que seu mandato termina em 31 de dezembro. Disse que não ia falar nada sobre política monetária, porque Galípolo já havia passado bem como o Copom está vendo a situação.

A rigor, Galípolo não disse nada sobre o que vai fazer

ou deixar de fazer na comunicação do Copom de dezembro. Há em jogo, em tese, duas decisões distintas entre si que o Copom deverá tomar, num futuro indefinido, e uma delas não deveria estabelecer um vínculo automático com a outra.

Uma das decisões é sobre as indicações de seus passos futuros. O Banco Central vem repetindo que vai manter os juros elevados por bastante tempo. Isso é uma espécie de "forward guidance", quede certa forma amarra um pouco os seus passos futuros. Seria bom que, antes de começar a cortar a taxa Selic, essa frase tivesse sido reformada.

Mas, quando essa frase mudar ou for simplesmente suprimida, não significará, necessariamente, que o passo seguinte será um corte de juros (muitos vão entender assim, mas conceitualmente seria um equívoco). O Copom tem vinculado as suas decisões sobre a Selic à evolução dos dados e do cenário econômico. Essa é uma segunda decisão: quando baixar a Selic.

O que Galípolo disse e repetiu no evento do Itaú Asset tem mais a ver com a forma como o BC está vendo a evolução do cenário econômico e dos dados-isso que vai determinar o momento de baixar a Selic-do que propriamente o que vai ser comunicado em dezembro.

O presidente do BC falou na quinta-feira, quando havia acabado de sair um dado que, em tese, seria favorável à queda dos juros: foram criados 85 mil empregos formais em outubro, menos do que os 120 mil esperados. Sem citar diretamente o Caged, ele fez uma ressalva: "A gente tem repetido isso de não se emocionar com um dado específico", disse. Na sexta, o Copom se deparou com um dado na outra direção: uma queda maior do que a esperada da taxa de desemprego, que ficou em 5,4% em outubro, ante 5,5% esperados.

Galípolo discutiu, no evento, como estão se quebrando as correlações históricas entre os indicadores econômicos.

Primeiro: com juros a 15% ao ano, era de se esperar que a taxa de desemprego tivesse caído da forma como caiu. Ao mesmo tempo, ponderou, com o desemprego nas mínimas histórias, não era de se esperar que a inflação de serviços fosse baixar da forma como baixou.

Outra novidade mais recente no discurso do presidente do BC é que ele aumentou o tom Sobre a possibilidade de subir ainda mais os juros caso ocorra uma expansão fiscal. O discurso é um pouco conhecido, a ênfase que mudou. O BC tem repetido que o mercado vê o risco de novos estímulos fiscais em 2026, c isso dificulta a plena ancoragem das expectativas.

A posição do BC é que não se pode agir de forma preventiva a um simples risco- apenas jxxle combater os impactos inflacionários das expectativas fora de lugar. Mas, se houver mais estímulos, o Copom reagiria.

"Como foi dito na comunicação oficial, 15% ao ano é um patamar restritivo adequado", disse. "Mas sempre podem acontecer coisas. O Banco Central jamais vai se furtar de fazer o ajuste que for necessário."

Já avançado no evento, Serra lamentou não ter extraído nenhuma mensagem nova de política monetária. "Sinal que estamos vigilantes e conservadores ainda", respondeu Galípolo. E repetiu: "Seguimos vigilantes e conservadores".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188428?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188428?page=1§ion=1)**

Fronteira amazônica favorece o tráfico

» IAGO MAC CORD » PEDRO JOSÉ*

A larga fronteira amazônica com países vizinhos e rotas de difícil fiscalização impõem desafios para o combate ao tráfico de drogas e outras atividades do crime organizado na região. Facções usam caminhos fluviais, rodovias e até aviões para distribuir entorpecentes para o restante do Brasil e para o mundo.

Integrantes do governo federal reconhecem a dificuldade, mas destacam resultados do policiamento na Amazônia.

A situação é agravada pelo volume recorde de produção de cocaína na América do Sul. O estudo Cartografias da Violência na Amazônia, desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e lançado durante a COP30, mostra que a região teve um aumento de 574,4% no volume de cocaína apreendida pelas polícias estaduais entre 2019 e 2024, e de 84,8% nas apreensões da PF.

O levantamento aponta, também, que as apreensões realizadas pela Polícia Federal nos nove estados da Amazônia Legal aumentaram drasticamente sua participação no total nacional, passando de 10,8% em 2019 para 27,9% em 2024. No ano passado, a corporação apreendeu um total de 74,5 toneladas de cocaína no Brasil, e as polícias estaduais na Amazônia totalizaram 46,9 toneladas.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, destacou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado que a vastidão territorial das fronteiras brasileiras impõe um desafio logístico ao controle do Estado, beneficiando o narcotráfico.

"É uma utopia achar que a gente vai ter um controle absoluto. Aliás, eu não conheço país nenhum do mundo que tenha controle absoluto das suas fronteiras. Nós temos um controle bom e uma atuação muito forte nas fronteiras. Temos que ter um maior controle, e há oportunidade de melhoria," afirmou Rodrigues.

O diretor comparou a divisa do Brasil com a Bolívia, que tem 3,4 mil km, com a fronteira entre Estados Unidos e México, de 3,1 mil km, e ressaltou que nem os EUA conseguem controlar toda sua extensão.

Ele afirmou, ainda, durante a audiência no colegiado, que, em cinco anos, foram instaurados mais de 50 mil

inquéritos policiais, sendo 700 de tráfico de drogas, 15,4 mil flagrantes e 19,9 mil prisões.

Só neste ano, segundo Rodrigues, a PF já apreendeu 70 toneladas de cocaína e 438 de maconha.

Rota do tráfico O FBSP registrou que a facção fluminense Comando Vermelho (CV), em articulação com a produção peruana e cartéis colombianos, possui hegemonia nas rotas fluviais e demonstrou a maior expansão territorial, ampliando em 123% o número de municípios sob sua influência em apenas dois anos - chegando a 286 dos 772 municípios da Amazônia Legal.

"O escoamento das drogas segue em direção a centros portuários estratégicos como Manaus, Santarém, Barcarena, Belém e Macapá, utilizando embarcações regionais, lanchas rápidas, submersíveis e "mulas" humanas", aponta o relatório.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, também do Fórum, os rios amazônicos e hidrovias se tornaram infraestruturas naturais estratégicas que facilitam e permitem o deslocamento de grandes quantidades de carga a um custo reduzido, beneficiando o tráfico em comparação ao transporte aéreo, que se tornou mais vulnerável após a política de interdição aérea - Lei nº 9.614/1998, chamada de Lei do Abate.

A Rota Solimões - no sudeste do Amazonas - se destaca como um vetor principal para o escoamento de drogas produzidas nos vizinhos sul-americanos, conectando os produtores a portos no oceano Atlântico. A principal porta de entrada de cocaína e armamentos, segundo o Cartografias da Violência, é a cidade de Tabatinga, no Amazonas, na tríplice fronteira com Peru e Colômbia.

O Fórum explica, então, que o transbordo e a distribuição dos ilícitos ocorre em Manaus, capital amazonense, no encontro entre os rios Solimões e Negro. "Após o ingresso em território brasileiro via Tabatinga, as cargas ilícitas transitam pelo rio Solimões e, subsequentemente, pelo rio Amazonas", diz o estudo.

De Manaus, os principais pontos de escoamento para os mercados nacional e internacional - com ênfase ao europeu - são os portos de Vila do Conde, próximo a Belém, no Pará, e de Santana, no Amapá, que dão acesso Atlântico. "Elas (as drogas) são ocultadas de

diversas formas: dentro de compartimentos ocultos nos grandes barcos, misturadas às cargas, submersas e presas nos cascos das embarcações e até em fundos falsos de canoas usadas pelos indígenas e pescadores. Passam às centenas", aponta a pesquisa.

O Primeiro Comando da Capital (PCC), por sua vez, intensificou o uso de rotas aéreas clandestinas, aproveitando pistas de pouso em garimpos ilegais e unidades de conservação, segundo o estudo Cartografias, como uma forma de adaptação frente ao controle aquático do CV. Em Rondônia e no Mato Grosso (MT), o transporte de entorpecentes ocorre predominantemente pelos modais rodoviário e aéreo.

O crime organizado do MT, estado da Amazônia Legal que mais apreendeu cocaína no último ano, mais de 23 toneladas, utiliza corredores logísticos como a BR-163 e a BR-364 para efetivar o escoamento.

Para isso, usam veículos roubados nas regiões transfronteiriças, que são enviados aos produtores da droga e trocados por entorpecentes. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou ao Correio que reconhece a complexidade da atuação dos estados fronteiriços no combate aos crimes transnacionais. Por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o governo federal tem desenvolvido ações integradas para reforçar as operações de fronteira, com destaque para o Programa Protetor das Divisas e Fronteiras, que apoia 11 estados fronteiriços e três estados em regiões de divisa interestadual.

Entre 2022 e 2024, a integração entre o MJSP e outras instituições reduziu em 45,77% a área desmatada da Amazônia Legal, que em 2024 totalizou 6.288 km², abaixo da meta de 9.280 km². Em 2024, foram realizadas 277 operações de polícia judiciária, com 897 mandados de busca e apreensão, 132 prisões preventivas e descapitalização de R\$ 502,4 milhões. Em 2025, já foram executadas 176 operações, com 653 mandados, 66 prisões e R\$ 1,66 bilhão em bens apreendidos.

Operações recentes também têm atuado em mercados legais utilizados para lavagem de dinheiro e evasão de divisas, como o setor de combustíveis. Graças a ações conjuntas da PF, **Receita Federal** e outros órgãos, operações como Quasar, Tank e Carbono Oculto desbarataram um esquema bilionário de gestão fraudulenta, evasão e lavagem de dinheiro.

O Ministério da Defesa, por meio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), afirmou ao jornal que a interoperabilidade entre Marinha, Exército e Força Aérea nas operações de fronteira é avaliada de acordo com o cenário e o contexto de cada missão.

O desempenho é medido pela capacidade logística de uma força apoiar a outra em termos de suprimentos, comunicações e comando e controle.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/01/all.pdf>

PL do devedor contumaz merece tramitação celebre (Editorial)

Foi preciso autoridades estaduais e federais deflagarem a megaoperação contra o grupo do setor de combustíveis Refit, apontado como maior sonegador do país, para que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciasse o relator do projeto de combate a devedores contumazes, deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP). Espera-se que não haja mais procrastinação. É inaceitável que empresas usem a inadimplência fiscal como estratégia de negócio, deixando de pagar **impostos** de forma intencional e reiterada para levar vantagem sobre a concorrência.

A proposta cria o Código de Defesa do Contribuinte para coibir a atuação de fraudadores. De autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSDMG), ela toma o cuidado de não atingir empreendedores de boa-fé em dificuldades financeiras. Não será afetado quem tiver aderido a programas de regularização com o Fisco ou questione a dívida nas esferas administrativa ou judicial, tendo apresentado garantias ou amparado por teses de repercussão geral.

Se não for desfigurado, o projeto trará ganhos em diversas frentes. Primeiro, tornará o ambiente de negócios mais justo, retirando a vantagem dos sonegadores ante empresas em dia com o pagamento de **tributos**. Segundo, ao dificultar o acúmulo injustificado e irregular de débitos, elevará a arrecadação e facilitará a gestão das contas públicas, diminuindo a pressão sobre os gastos.

Há no Brasil apenas 1,2 mil CNPJs inadimplentes no âmbito federal que seriam enquadrados na definição que o projeto dá a devedor contumaz: dívida igual ou superior a R\$ 15 milhões, maior que o patrimônio e sem tentativa de repactuação. Durante uma década, esses CNPJs acumularam débitos de R\$ 200 bilhões, segundo estudo da **Receita Federal**. Entre as punições previstas no texto estão: perda de qualquer vínculo com a administração pública (inclusive participação em licitações e programas de benefícios); fim da possibilidade de pedir ou manter recuperação judicial; e a classificação como inapto no cadastro de contribuintes. Caso um dos sócios tente abrir negócio com outro CNPJ, a empresa nova também será enquadrada.

É uma lástima que o Congresso só tenha agido depois de pressionado pela opinião pública. Formulado em

2022, o projeto de Pacheco ganhou força apenas neste ano, depois da Operação Carbone Oculto em agosto, quando 1.400 agentes cumpriram mandados de prisão e busca em sete estados para investigar um esquema bilionário ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre as suspeitas de crimes constava a fraude fiscal em postos de gasolina. Em setembro, o Senado finalmente aprovou o texto por 71 votos a zero e o enviou para apreciação da Câmara.

Num primeiro momento, parecia que a tramitação seria célere. Em outubro, os deputados aprovaram o regime de urgência, abrindo caminho para que a proposta fosse direto à votação em plenário. Faltava escolher relator, algo que só aconteceu depois da operação contra o Refit, acusado de ser o maior devedor contumaz do país, com débitos de R\$ 26 bilhões. É aconselhável que os deputados não percam mais tempo. As investigações desmascararam fraudes bilionárias. Não faz sentido esperar uma nova operação para aprovar regras mais duras.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

STF demonstra bom senso ao enterrar tese da "revisão da vida toda (Editorial)

Fez bem o Supremo Tribunal Federal (STF) ao resolver em definitivo a controvérsia que ainda cercava a tese conhecida como "revisão da vida toda" no cálculo de aposentadorias. Por essa tese, quem contribuía para a Previdência antes de 1999 poderia escolher, entre duas regras, a mais vantajosa na hora de calcular quanto receberia do **INSS**. O STF decidiu que deve valer unicamente a regra de transição aprovada na reforma da Previdência daquele ano, que adota no cálculo apenas as contribuições posteriores a julho de 1994, quando o país conquistou a estabilidade monetária com o Plano Real.

A "revisão da vida toda" estipulava que, se vantajoso, o segurado poderia calcular a média de contribuições usando todos os salários, mesmo os recebidos antes de 1994. Essa tese foi chancelada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2019 e referendada pelo próprio STF em 2022. Em 2023, porém, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo, suspendeu a tramitação de todos os processos sobre o tema até o julgamento dos recursos impetrados pelo governo.

Na ocasião, o **INSS** argumentou que o impacto nas contas da Previdência seria insuportável. No cenário extremo, combinando pagamentos retroativos e futuros a todos os afetados, o governo falava em até R\$ 480 bilhões, supondo 15 anos de sobrevida média dos segurados. A Advocacia-Geral da União estimou o custo extra mensal em R\$ 2 bilhões (o pagamento mensal de aposentadorias neste ano tem girado em torno de R\$ 45 bilhões). Esses números foram contestados pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). Com base nas regras para pleitear os benefícios, o IBDP estimou que as novas regras afetariam apenas 383 mil beneficiários, ao custo de R\$ 1,5 bilhão ao longo de cinco anos.

Independentemente de quem tivesse razão, haveria custo para o Tesouro. Levando isso em conta, em março de 2024, ao julgar os embargos impetrados pelo **INSS**, o Supremo voltou atrás no entendimento anterior e considerou uma única regra válida para quem já contribuía à Previdência antes de 1999: a transição imposta pela reforma daquele ano, segundo a qual o benefício deve ser calculado com base em 80% dos maiores salários recebidos ao longo da carreira, excluídos os anteriores a julho de 1994. Em abril deste ano, o STF definiu que não haveria

devolução de valores pagos com base na tese. Finalmente, nesta semana a Corte cancelou definitivamente a "revisão da vida toda" e liberou os processos suspensos (há cerca de 140 mil ações tramitando no Judiciário sobre o tema).

A decisão sem dúvida representa um alívio nas contas da Previdência num momento crítico. À medida que se esgota o impacto da reforma de 2019, já está claro que o país precisará de nova reforma endurecendo as regras de aposentadoria. E, como argumentou o ministro Cristiano Zanin no voto decisivo para derrubar a tese da "revisão da vida toda", se a Constituição proíbe o uso de critérios diferentes para conceder o benefício, não faz sentido o segurado poder escolher um cálculo que lhe seja mais benéfico.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Vivo de empréstimos': aposentados criticam fim da 'revisão da vida toda'

Gustavo Ávila

O STF enterrou definitivamente o direito à "revisão da vida toda" de aposentadorias, que permitia que contribuintes solicitassem a inclusão de pagamentos feitos ao **INSS** antes de julho de 1994, quando surgiu o real, na média que define o valor mensal recebido.

A Corte tomou a decisão para evitar riscos à sustentabilidade da **Previdência Social**. Quem já conquistou a revisão na Justiça não precisa devolver o dinheiro recebido a mais, mas o valor mensal da aposentadoria vai mudar.

Iracilda Soares, de 69 anos, diz que recolheu valores altos no começo da carreira, mas descobriu que só ganharia um salário mínimo ao se aposentar. Esse valor atual só reflete os pagamentos menores que fez nos últimos anos de trabalho. Hoje mora em Portugal com a família e diz que só consegue manter a vida no país com ajuda dos filhos e de empréstimos.

Ela esperou a decisão final do STF desde 2017, quando se aposentou, para poder entrar com uma ação solicitando a revisão. Iracilda foi trabalhadora de carteira assinada na Indústria e no Comércio desde 1974. Estima que ganharia cerca de mil reais a mais por mês se tivesse a revisão atendida pela Justiça.

Iracilda Soares, aposentada

Almezinda Lauvs, de 69 anos, mora de favor na casa de outras pessoas em troca de trabalho, devido ao baixo valor recebido pelo **INSS** que não condiz com as altas contribuições que diz ter feito nos anos iniciais da carreira como executiva de negócios. Nena, como é conhecida, trabalhou como CLT a vida toda e hoje recebe um salário mínimo. Em 2018, ao se aposentar, desconfiou do baixo valor recebido e recorreu à Justiça dois anos depois.

Ela conta que chegou a ter a revisão reconhecida, que lhe triplicaria a aposentadoria, mas nunca chegou a receber o complemento. Com o benefício maior, queria viajar, cuidar da saúde, empreender e pagar um aluguel para morar sozinha, além de quitar as dívidas dos empréstimos que fez para sobreviver. Nena se sente injustificada com a decisão do STF e afirma que desenvolveu depressão em meio ao processo judicial de cinco anos, que agora lhe tirou perspectivas de

estabilidade financeira.

Almezinda Lauvs, aposentada

Luiz Antônio Rodrigues, de 73 anos, afirma que pagava quase o teto de contribuição ao **INSS** nos primeiros anos de trabalho e agora recebe apenas um salário mínimo por mês. Assim como Iracilda, Luiz também aguardava a solução do caso no STF para solicitar a revisão. Ele se aposentou aos 62 e sempre trabalhou em regime CLT, na maioria das vezes em supermercados.

Pagamentos anteriores a 1994, em moedas diferentes do real, são desconsiderados pela Previdência no cálculo dos benefícios. A regra, criada em 1999, faz uma média de 80% de todos os pagamentos feitos ao **INSS** desde 1994. Apesar disso, essa própria legislação prevê que em casos de mudanças de câmbio do país, "salários de contribuição expressos em moeda da época em URV (Unidade Real de Valor) [...] deverão ser o que resultar em valor mais elevado, considerando o período em que o segurado contribuiu em cruzeiros".

STF mudou entendimento sobre a revisão ao longo dos anos. Em 2022, decidiu que o contribuinte poderia optar pelo cálculo mais benéfico para si. Quem contribuiu com valores maiores antes de 1994 podia solicitar um novo cálculo para conquistar uma aposentadoria melhor. Em 2024, a Corte mudou de posição e anulou a decisão, mas ainda era possível protocolar recursos. Agora a anulação é definitiva, sem direito a recursos e revoga esse antigo direito em todos os casos. Ao votar contra a revisão, o ministro Alexandre de Moraes disse que houve "superação do entendimento que anteriormente prevalecia".

Luis Lopes, advogado especialista em previdência e professor de Direito da FGV-Rio

Jorge Messias, Advogado Geral da União, comemorou no ano passado o fim da revisão. Em nota à imprensa, disse que a decisão do Judiciário "garante a integridade das contas públicas e o equilíbrio financeiro da **Previdência Social**" e evita um cenário de "caos judicial e administrativo que o **INSS** iria, inevitavelmente, enfrentar caso tivesse que implementar a chamada tese da revisão da vida toda". Atualmente, ele é o nome indicado pelo presidente

Lula para o STF .

União esperava um impacto adicional de R\$ 480 bilhões aos cofres públicos caso o Supremo garantisse a revisão. Na decisão final, votaram para proibir a "revisão da vida toda" os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso (votou antes de se aposentar da Corte), Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Kássio Nunes Marques, Dias Toffoli e Luiz Fux. Foram a favor: André Mendonça, Rosa Weber (também votou antes de se aposentar) e Edson Fachin.

Vivian Duarte, que já advogou em diversas ações de revisão previdenciária, diz que a decisão atual traz mais segurança jurídica e evita ameaças ao sistema previdenciário. A advogada diz que a decisão do Supremo "solidifica a jurisprudência para o futuro", ou seja, o contribuinte já sabe qual será a decisão tomada pela Justiça quanto à revisão da vida toda. Antes era necessário acionar o Judiciário para obter uma resposta, que podia ser diferente para cada contribuinte e juiz.

Vivian Duarte, advogada do escritório Duarte Miranda Advogados

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/12/01/vivo-de-emprestimos-aposentados-criticam-fim-da-revisao-da-vida-toda.htm>

Salário mínimo subiu 7,5% em 2025; saiba o valor atual do piso nacional

Do UOL, em São Paulo

O novo valor do salário mínimo nacional passou a ser creditado pela primeira vez na conta dos trabalhadores em fevereiro, já com o reajuste para R\$ 1.518,00.

Embora o aumento tenha entrado em vigor em janeiro, os depósitos só ocorrem no mês seguinte ao período trabalhado. Por isso, o ajuste aparece nos contracheques emitidos a partir de fevereiro.

O salário mínimo corresponde ao valor mais baixo que um trabalhador pode receber por mês em atividades formais. Ele também serve como referência para benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas pagos pelo governo federal.

O montante de R\$ 1.518 representa uma alta de R\$ 106, ou seja, 7,5% de acréscimo, percentual acima da **inflação** registrada no mesmo intervalo. Mesmo assim, o valor final ficou menor do que o esperado devido ao corte de gastos aprovado no fim de 2024.

Antes, o piso nacional era reajustado com base na **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - índice que tende a ser mais favorável ao trabalhador do que o IPCA - somado à variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Pela regra antiga, o valor chegaria a R\$ 1.525.

Com a nova metodologia, foi incluído um limite de até 2,5% para a elevação de despesas. Isso significa que, mesmo que o **PIB** registre 3,2% de crescimento, será considerado apenas o teto de 2,5% na conta.

O piso nacional afeta diretamente o valor das aposentadorias pagas pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e de diversos programas sociais. Por essa razão, o governo busca controlar aumentos maiores para evitar impacto excessivo nas contas públicas em um cenário de contenção de gastos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/12/01/salario-minimo-subiu-75-em-2025-saiba-o-valor-atual-do-piso-nacional.htm>

A lei definitiva, até mudar - CARLOS ALBERTO SARDENBERG

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

À primeira vista, parece não existir qualquer exagero ou problema econômico na remuneração dos servidores públicos. Desses, segundo um estudo por amostragem, apenas 1,34% recebem acima do teto constitucional de exatos R\$ 46.336,19 mensais. Haveria aí, no máximo, um problema moral - a desigualdade salarial dentro do funcionalismo -, mas nenhum dano econômico substantivo para as finanças do país.

É verdade que existe um problema moral nessa história - mas não é a desigualdade. Ou, pelo menos, a desigualdade não é o principal desequilíbrio. A verdadeira questão aparece numa segunda vista, quando se olha quem recebe as remunerações acima do teto. São principalmente os juízes - cuja função é fazer cumprir as leis.

Num universo de 4 milhões de servidores ativos e inativos, que receberam 50 milhões de contracheques no período de agosto de 2024 a julho de 2025, foram encontrados nada menos que 21 mil juízes ganhando acima do teto.

A pesquisa foi encomendada por duas organizações - Movimento Pessoas à Frente e República.org - e dirigida por Sérgio Guedes-Reis, da Universidade da Califórnia. Encontrou, no total, 53,5 mil servidores federais, estaduais e municipais com vencimentos mensais acima dos 46 mil. Tudo somado, chega-se a R\$ 20 bilhões. Aí já se torna também um problema econômico grave. É só comparar: neste ano, o governo federal se esforça para limitar em R\$ 30 bilhões o déficit de todas as suas contas. E luta no Congresso para conseguir aumentos de impostos que fechem um buraco previsto de R\$ 30 bilhões nas contas de 2026.

Tem mais: a maior parte dos servidores que recebem acima do teto está no Poder Judiciário, que interpreta e aplica as leis. O arranjo é conhecido há décadas: o vencimento básico fica abaixo do teto. Mas aí se somam os penduricalhos - auxílios e ajudas disso e daquilo, considerados não remuneratórios, mas indenizatórios.

O Judiciário é um Poder independente, de modo que os tribunais administram seus orçamentos, incluindo a

fixação dos salários. Tecnicamente, portanto, há explicações para o extrateto. Para o cidadão comum, entretanto, soa esquisito: se a Constituição, lei maior, diz que o teto é R\$ 46 mil, como aqueles 1,34% podem ganhar acima disso? Tanto para tão poucos?

O Congresso Nacional debate propostas de reforma administrativa. E há dificuldades para tratar do caso dos supersalários, recebidos pelos mais altos funcionários dos três Poderes. Eles têm, digamos, muito poder de persuasão.

Por isso o tema é discutido há anos. Vira e mexe, surge uma legislação dizendo, para simplificar, que teto é teto. Mas logo criam-se regras determinando que tais e tais verbas não se incluem sob o teto. Foi em 2016 que a ministra Cármen Lúcia referiu-se aos "puxadinhos" sempre colocados sobre os tetos.

Mas, mudando de assunto, outro tema da semana passada foi a decisão do Congresso a respeito do Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados, o Propag. Falamos disso porque há uma semelhança formal com a questão dos salários: a regra definitiva, que é definitiva até mudar.

No governo FH (1995 a 2002), o Congresso aprovou uma renegociação das dívidas que os governos estaduais tinham com a União. As novas regras foram generosas com os estados, estabelecendo juros e prazos camaradas. O argumento que justificava isso: é a última renegociação. Muitos governos estaduais não pagaram e deveriam ser penalizados por isso. Não foram. Ao contrário, foi logo aprovada uma segunda renegociação definitiva, uma terceira e assim por diante. Até chegar ao Propag de hoje, que estabelece ainda melhores condições para os devedores.

Agora vai, se diz, porque o Propag está definido em Lei Complementar, legislação superior que complementa a Constituição. Definitiva, portanto. Mas, como no caso dos tetos móveis, não perderá quem apostar que essa renegociação das dívidas estaduais é apenas um outro "Pronãopag". São dribles na lei dentro do setor público. Vai o cidadão tentar coisa parecida.

O arranjo é conhecido há décadas: o vencimento básico fica abaixo do teto, mas aí se somam os penduricalhos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso rejeita vetos e aprova retrocessos ambiental e fiscal (Editorial)

Em sessão conjunta, o Congresso desmontou na quinta-feira a espinha dorsal da legislação ambiental do país, ao rejeitar 56 dos 63 vetos feitos pelo presidente Lula - e garantiu vantagens a alguns dos Estados mais ricos da federação (Rio, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul) para reduzir encargos de dívidas que não estão pagando, exceto São Paulo. Pouco depois do encerramento da COP30, que o Brasil sediou e na qual teve papel condutor de destaque, o Congresso mostrou que as posições defendidas pelo Executivo diante do mundo não têm apoio da maioria dos parlamentares.

As duas votações, que foram derrotas impostas pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ao governo Lula, comprometem o futuro ambiental e a gestão pública. No primeiro caso, o presidente Lula buscou eliminar os aspectos mais prejudiciais de um projeto de lei batizado de "PL da devastação". Sob o pretexto da modernização, ele simplesmente destruiu as regras, métodos e competências do licenciamento ambiental. É difícil saber o que é pior nos dispositivos que foram mantidos.

Por sua abrangência, a Licença por Adesão e Compromisso para obras e intervenções de médio porte é um retrocesso maiúsculo. O governo concordou em eliminar burocracia e deixar livres projetos de pequeno porte. Não foi bem-sucedido: barragens, como as de Mariana e dezenas de outras, agora dispensam licenciamento. A liberação conduz a outro resultado caótico: Estados e municípios terão poder para definir porte e impacto dos projetos, hoje atribuição da União.

A permissividade legislativa fará com que continue a destruição do bioma mais devastado do país, a Mata Atlântica. Nele será facultado o desmatamento de matas secundárias e em recuperação. Margeando as principais aglomerações do Sudeste, a Mata Atlântica sofre há décadas pressão da especulação imobiliária, que ganha terreno. Uma das consequências são os gigantescos deslizamentos de terra e tragédias, como as recorrentes em Petrópolis.

O tratamento de água e esgoto foi dispensado do licenciamento, embora sua interferência no meio ambiente seja vasta e delicada - é um serviço essencial, que precisa ser prestado e acelerado, mas

com todo o cuidado ambiental. Já projetos em unidades de conservação poderão prescindir do parecer dos órgãos gestores dessas áreas protegidas. Da mesma forma, indígenas, quilombolas e órgãos como a Funai terão sua influência bastante restringida, pois o Congresso restabeleceu que a consulta a eles só será obrigatória em terras demarcadas ou homologadas.

Igualmente nefasta foi a dispensa de licenciamento para imóveis em que o Cadastro Ambiental Rural esteja pendente de aprovação. A grande maioria continua sem ser validada até hoje pelos governos estaduais, o que significa que grileiros que roubam ou falsificam títulos de propriedade, e mesmo o CAR, possam agir sem constrangimentos, em especial onde o Estado tem pouca penetração, como a Amazônia.

Falta analisar a Licença Ambiental especial, para projetos estratégicos selecionados por um conselho do Executivo, que terão o licenciamento acelerado. Ironicamente, ela foi aceita e transformada em MP para acelerar os trâmites para exploração da Margem Equatorial na Foz do Amazonas e ganhar apoio do presidente de Alcolumbre, que articulou a derrubada dos vetos.

O futuro das finanças públicas se deteriorou, como o do ambiente, com a rejeição dos vetos ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados, que dá desconto nos juros e parcela os débitos por 30 anos, elevando o prazo desde a renegociação inicial, em 1999, a mais de meio século. O Propag começou mal. Proposto pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que então pretendia disputar o governo de Minas, ele teve apoio do governo, que almejava Pacheco como aliado de Lula no Estado nas eleições de 2026, e foi aprovado pelo Congresso.

O Executivo vetou exageros, mas depois disso Pacheco entrou na disputa por uma vaga no Supremo Tribunal Federal e desistiu da candidatura. Foi preterido no STF, mas sua herança foi assumida pelo Senado, que reinstituiu os piores trechos do projeto. Um deles permite que os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional previsto pela **reforma tributária** - aportes que começam com R\$ 8 bilhões em 2029, pulam para R\$ 40 bilhões em 2033 e sobem a R\$ 60 bilhões anuais a partir de 2043 sejam usados para abater dívidas estaduais.

Do abatimento de dívidas, que pode ser feito também por entrega de imóveis e empresas estatais à União, depende uma equação que pode reduzir a zero a taxa de juros das dívidas. Apesar de vantajoso, o Propag o era menos que o Regime de Recuperação Fiscal. O governo obrigou quem aderisse ao novo programa a abrir mão do velho, mas a queda do veto possibilita que o Rio Grande do Sul, por exemplo, opte por ambos. Antes da votação de quinta-feira, a União abriria mão de R\$ 47 bilhões em recursos, supondo que os Estados fizessem a opção que lhes fosse mais vantajosa. Esse valor deve ter subido.

Derrotas do governo no Legislativo fazem parte da democracia, mas devem se dar por motivos técnicos, não porque o presidente do Senado queria que Lula indicasse outro candidato ao STF. Aliás, recusas a indicações ao STF não ocorrem desde 1894, mas, se ocorrerem, devem ser igualmente técnicas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251201/>

Como proteger ativos na sucessão? (Artigo)

Jorge Eduardo Lopes é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), E-mail: je_sa@me.com consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Quais são os benefícios e riscos associados ao uso de estruturas de proteção de ativos ("asset protection") em planejamento sucessório?

Jorge Eduardo Lopes, CFP, responde:

Todos conhecemos histórias de famílias que construíram um sólido patrimônio com muito esforço ao longo de uma vida inteira e, por falta de planejamento, viram parte dele se perder nas mãos das gerações seguintes. Em muitos casos, o impacto vai além da dilapidação financeira: heranças mal conduzidas acabam gerando rupturas familiares, disputas judiciais e até a inviabilização de empresas. Estudo recente do IBGE mostra que apenas 30% das empresas familiares chegam à segunda geração e menos de 10% alcançam a terceira. A estatística reflete um ponto sensível: a ausência de planejamento sucessório estruturado segue sendo uma das principais causas de perda de valor no processo de transição patrimonial.

No Brasil, a constituição de holdings familiares vem se consolidando como uma das estratégias mais eficazes para enfrentar esse desafio. Ao concentrar imóveis, participações societárias e outros ativos em uma empresa, a sucessão se dá pela transferência de cotas da holding, sem a necessidade de inventário - seja judicial ou extrajudicial - para todos os ativos individualmente, processo que, segundo dados do CNJ, leva em média de dois a cinco anos para ser concluído. E não podemos deixar de levar em consideração que a existência de menores de idade no processo gera a obrigatoriedade de um inventário judicial, com a possível extensão da duração. Além de reduzir custos e tempo, a holding permite criar regras de governança claras, mitigando a possibilidade de conflitos e preservando a continuidade dos negócios.

Outro mecanismo amplamente utilizado é a doação em vida com reserva de usufruto, que antecipa a transmissão da propriedade aos herdeiros, mas garante ao doador o direito de uso e de renda. Essa solução, aliada a instrumentos como o testamento, que possibilita direcionar até

50% do patrimônio conforme a vontade do titular, dá mais previsibilidade ao processo e reduz disputas.

O aspecto tributário também não pode ser ignorado. O ITCMD - imposto estadual sobre transmissão causa mortis e doação - varia entre 4% e 8% no Brasil, e já há discussões, em Estados como São Paulo, sobre a elevação da alíquota para patamares próximos aos praticados em países da OCDE, que chegam a 40%.

Nesse contexto, o seguro de vida surge como peça complementar relevante, garantindo liquidez imediata para o pagamento de **tributos** e evitando a necessidade de venda de ativos em condições desfavoráveis.

Diante da complexidade e das nuances legais, contar com uma assessoria especializada torna-se fundamental. Advogados, contadores e consultores patrimoniais podem orientar sobre a melhor estrutura para cada perfil familiar, garantindo que estratégias como holdings, doações ou seguros sejam implementadas de forma segura e eficiente, evitando riscos de questionamentos legais ou fiscais.

No cenário internacional, famílias com patrimônio global recorrem a instrumentos como trusts e fundações privadas.

São estruturas que oferecem maior blindagem contra riscos e permitem uma sucessão transnacional mais eficiente, a partir da indicação do trustee, que será responsável pela administração do veículo, de acordo com padrões, regras e objetivos estabelecidos no momento da criação do trust. Embora ainda pouco difundidos no Brasil, esses mecanismos têm ganhado espaço entre investidores que diversificam ativos fora do país e precisam lidar com diferentes legislações sucessórias.

Mais do que preservar riqueza ou reduzir custos tributários, a proteção patrimonial no planejamento sucessório é, acima de tudo, sobre preservar o legado. Trata-se de garantir que o esforço de uma geração seja transmitido de forma íntegra à seguinte - não apenas em bens materiais, mas também em valores, harmonia familiar e continuidade de negócios. No fim das contas, o maior patrimônio que atravessa gerações é a capacidade de manter viva a história e os princípios construídos ao longo de uma vida.

concedida pela Planejar - Associação

Brasileira de Planejamento Financeiro

As respostas refletem as opiniões do
autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar.
O jornal e a Planejar não se
responsabilizam pelas informações
acima ou por prejuízos de qualquer
natureza em decorrência do uso destas
informações. Perguntas devem ser
encaminhadas para:

Site: <https://valor.globo.com/impresso>